

Processo n.º: 28.174/2010-e**Origem:** Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF**Assunto:** Tomada de Contas Especial

Ementa: Auditoria de Regularidade. Decisão n.º 8.025/2009 (IP n.º 650/STJ). Exame do Contrato n.º 06/2009, firmado entre a então SEG/DF e a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.. Decisão n.º 3.611/2015: conhecimento do Relatório de Auditoria, determinações à Seris/DF e audiência dos responsáveis pelas irregularidades identificadas. Encaminhamento de informações pela Seris/DF e de razões de justificativa por responsáveis chamados em audiência. Análise de cumprimento de diligência e de mérito das razões de justificativa ofertadas. Despacho Singular n.º 328/17-GCIM: fixação da data de 20.06.2017 para a realização das sustentações orais requeridas pelos interessados. Decisão n.º 2.858/2017: adiamento da discussão da matéria, com retorno dos autos ao Gabinete do Relator, à vista dos argumentos aduzidos oralmente pelos defendentes. Juntada de memoriais. Ingresso de pedido de cópia de peças processuais formulado pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.. Despachos Singulares n.º 554/2017-GCIM: deferimento do pedido de cópia. Decisão n.º 4.860/2017: conhecimento da documentação carreada ao feito; procedência das justificativas apresentadas por parte de alguns dos responsáveis e improcedência das justificativas ofertadas pelo Sr. José Humberto Pires de Araújo e pela empresa ADLER – Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.; conversão dos autos em TCE, com a citação dos justificantes cujas justificativas foram tidas por improcedentes, para apresentação de defesa ou recolhimento do débito; conhecimento do novo peticionamento formulado pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., solicitando cópia deste processo a partir de 1º.07.2017, deferindo-lhe o pleito; autorização do registro, pela Seaud/TCDF, na pasta permanente da Seris/DF, do acompanhamento, em futuras fiscalizações, da adoção de medidas concretas para o atendimento do deliberado pelo Colegiado nos itens II.b e II.c da Decisão n.º 3.611/2015; e retorno dos autos à Seaud/TCDF. Citação dos responsáveis. Ingresso de pedido de dilação de prazo formulado pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.. e pelo Sr. José Humberto Pires de Araújo. Decisão da Presidência n.º 72/2017: deferimento de prazo de 30 (trinta) dias para encaminhamento de razões de defesa, Encaminhamento de alegações de defesa por parte do Sr. José Humberto Pires de Araújo. Ingresso de novo pedido de dilação de prazo, por 60 (sessenta) dias formulado pela empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.. Despacho Singular n.º 134/18-GCIM: concessão parcial. Despacho Singular n.º 115/2019-GCIM: deliberação acerca do pedido de sustentação oral formulado pelo representante legal do Sr. José Humberto Pires de Araújo, fixando-se a data de 21.03.2019 para sua manifestação oral. Sustentação oral de defesa realizada pelo representante legal do Sr. José Humberto Pires de Araújo. Decisão n.º 938/2019: adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao gabinete do Relator, à vista dos argumentos apresentados pelo defendente. Decisão n.º 1.287/2019: adiado o julgamento da matéria, em razão do pedido de vista formulado pelo Conselheiro Márcio Michel. Decisão n.º 3.001/2019: conhecimento das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Humberto Pires

de Araújo, para, no mérito, considerá-las procedentes, no sentido de afastar do então gestor público a solidariedade do débito apurado nos autos e a aplicação de multa pecuniária; considerar revel, para todos os efeitos, a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.; cientificar a referida empresa para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher a importância devida. Decisão n.º 1.409/2020: julgamento pela irregularidade das contas da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., determinando a notificação da sociedade empresária para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o montante do débito apurado nos autos. Acórdão n.º 113/2020. Oposição de embargos de declaração pela empresa RE Engenharia Ltda., incorporadora da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., contra os termos do Acórdão n.º 113/2020. Decisão n.º 2.122/2020: conhecimento dos embargos de declaração opostos pela empresa RE Engenharia Ltda., incorporadora da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., em face do Acórdão n.º 113/2020, negando-lhes provimento, ante a ausência de obscuridade, omissão ou contradição na deliberação plenária recorrida; determinar o sobrestamento dos autos em apreço até o deslinde dos estudos especiais objeto do Processo n.º 32.351/2017, tendo em conta os precedentes dos *decisuns* n.ºs 1.721/2020, 1.867/2020 e 1.888/2020, de ofício, e autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas/TCDF, para a adoção das providências devidas. Conclusão do Processo sobrestante. Decisão n.º 2.929/2022: levantar o sobrestamento do feito em exame, determinado no item II da Decisão n.º 2.122/2022, em decorrência do deslinde dos estudos especiais objeto do Processo n.º 32.351/2017-e; considerar não prescritas as pretensões punitivas e de ressarcimento de prejuízo ocasionado ao erário no âmbito da tomada de contas especial em epígrafe, à luz do deliberado na Decisão n.º 4.314/2021 e na Decisão Normativa TCDF n.º 5/2021; determinar a notificação da sociedade empresarial Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., atual RE Engenharia Ltda., para que, em 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito apurado nos autos. Oposição de Embargos de Declaração pelo representante legal da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. Decisão n.º 4.043/2022: conhecimento dos embargos de declaração opostos pelo representante legal da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. (e-DOC E88E1E79-e), aditado por meio da peça eletrônica 247, em face da Decisão n.º 2.929/2022, negando-lhes provimento, ante a ausência de obscuridade, omissão ou contradição na deliberação plenária recorrida. **Nesta fase**: análise de cumprimento de diligência. Unidade instrutiva opina por conhecer das documentações relativas à notificação e promoção da cobrança judicial do débito imputado pela Decisão n.º 2.929/2022 e autorizar o retorno dos autos à Secont/TCDF para fins de arquivamento. Parecer ministerial em harmonia com a instrução. VOTO convergente, com ajustes redacionais.

RELATÓRIO

Tratam os autos de Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF, por força da Decisão n.º 8.025/2009, que teve como objeto a verificação dos serviços prestados

sob a égide do Contrato n.º 06/2009, firmado com a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda..

Na Sessão Ordinária n.º 5.207, de 06.05.2020, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 1.409/2020** (e-DOC C3A1986E-e), com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação n.º 34/2020 - SECONT/3ª DICONTE (e-DOC E4974111-e); b) do Parecer n.º 210/2020-G3P (e-DOC 1470A535-e); II - julgar irregulares as contas da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., em razão da execução de serviços com superfaturamento apurados no Contrato n.º 06/2009, vigência de 18.02.2009 a 17.02.2010, em consonância com o disposto no artigo 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar n.º 01/1994; III - determinar, com base no artigo 26 da Lei Complementar n.º 01/1994, a notificação da sociedade empresarial mencionada no item II retro, para que, em 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito, no valor de R\$ 7.073.215,07 (atualizado em 18.02.2020), autorizando, desde já, a aplicação do disposto no artigo 29 da referida Lei Complementar; IV - aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; V - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas/TCDF, para a adoção das providências e posterior arquivamento.” (grifos acrescidos)

Em decorrência do referido decisum, foi lavrado o **Acórdão n.º 113/2020** (e-DOC EF7988B0-e), publicado no DODF do dia 18.05.2020, e exarada a Notificação n.º 76/2020-SECONT (e-DOC B052BE41-e), de 25.05.2020.

Em 25.05.2020, a empresa RE Engenharia Ltda., incorporadora da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., opôs embargos de declaração em face do aludido acórdão.

Diante do apelo, o Tribunal proferiu a Decisão n.º 2.122/2020 (e-DOC 30F49C89-e), de 10.06.2020, *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - **tomar conhecimento dos embargos de declaração** opostos pela empresa RE Engenharia Ltda., incorporadora da empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., em face do Acórdão n.º 113/2020 e negando-lhes provimento, ante a ausência de obscuridade, omissão ou contradição na deliberação plenária recorrida; II - determinar o sobrestamento dos autos em apreço até o deslinde dos estudos especiais objeto do Processo n.º 32.351/2017, tendo em conta os precedentes dos decisuns n.ºs 1.721/2020, 1.867/2020 e 1.888/2020, de ofício; III - dar ciência do relatório/voto do Relator e desta decisão à empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., por intermédio do seu representante legal, Dr. Luis Carlos Alcoforado, OAB/DF n.º 7.202; IV - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas/TCDF, para a adoção das providências devidas. Os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA e PAULO TADEU deixaram de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.” (grifos acrescidos)*

Ato contínuo, na Sessão Ordinária n.º 5.307, de 20.07.2022, esta Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 2.929/2022**, de seguinte teor:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação n.º 59/2022 – SECONT/3ªDICONTE (e-DOC DF281A4D-e); b) do Despacho n.º 9/2022 – SECONT/3ªDICONTE (e-DOC 9A745C23-e); c) do Parecer n.º 606/2022 – G3P (e-DOC 8A7132FD-e); II – levantar o sobrestamento do feito em exame, determinado no item II da Decisão n.º 2.122/2022, em decorrência do deslinde dos estudos especiais objeto do Processo n.º 32.351/2017-e; III – considerar não prescritas as pretensões punitivas e de ressarcimento de prejuízo ocasionado ao erário no âmbito da tomada de contas especial em exame, à luz do deliberado na Decisão n.º 4.314/2021 e na Decisão Normativa TCDF n.º 5/2021; IV – **determinar a notificação da sociedade empresarial Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., atual RE Engenharia Ltda. (CNPJ 26.777.965/0001-89), para que, em 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito, no valor de R\$ 8.256.558,29 (atualizado em 16.03.2022), em face da execução de serviços com superfaturamento apurados no Contrato n.º 06/2009, vigente de 18.02.2009 a 17.02.2010, objeto do Acórdão n.º 113/2020, autorizando, desde já, a aplicação do disposto no artigo 29 da referida Lei Complementar n.º 1/1994; V – autorizar: a) o envio de cópia integral dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para fins de conhecimento e adoção das providências que considerar pertinentes, com espeque no art. 4º da Decisão Normativa TCDF n.º 5/2021; b) o retorno dos autos à Secont/TCDF, para a adoção das medidas cabíveis. O Senhor Presidente, Conselheiro PAULO TADEU, por força do art. 150 do RI/TCDF, deixou de presidir a sessão durante o julgamento deste processo. Os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e RENATO RAINHA deixaram de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.”** (grifos acrescentados)*

Irresignada com os termos do referido *decisum* a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., em 29.08.2022, opôs **embargos de declaração** (e-DOC E88E1E79-e, peça 245), por intermédio de representante legal, no qual não teve provimento, nos termos da **Deliberação n.º 4.043/2022**.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 98/2023 – SECONT/1ªDICONTE (e-DOC F2F9E287-e), ao verificar a inércia da responsável em recolher o débito imposto pela Decisão n.º 2.929/2022, sugeriu ao eg. Plenário:

- “I. tome conhecimento do Ofício n.º 95/2023-SECONT (e-DOC 4A005AC9) e do Ofício n.º 463/2023-MPC/PG (e-DOC B6A8D371);*
- II. autorize o retorno dos presentes autos para a Secretaria de Contas para providências cabíveis e posterior arquivamento.”*

As sugestões formuladas pela instrução mereceram a concordância do Diretor da 1ªDicont/Secont (fl. 6 do e-DOC F2F9E287-e) e do titular da Secretaria de Contas – Secont/TCDF (e-DOC e).

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, mediante o Parecer n.º 779/2023–G3P/CF (e-DOC 90683DA0-e), da lavra da Procuradora em substituição Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, após contextualizar o feito, manifestou-se de forma convergente com o corpo instrutivo.

É o relatório.

VOTO

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal – Segov/DF, por força da Decisão n.º 8.025/2009, que teve como objeto a verificação dos serviços prestados sob a égide do Contrato n.º 06/2009, firmado com a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda.

O Tribunal, na Sessão Ordinária n.º 5.307, de 20.07.2022, ao analisar os efeitos, nos presentes autos, da prescrição da pretensão ressarcitória e punitiva à luz do deliberado na Decisão n.º 4.314/2021 e na Decisão Normativa TCDF n.º 5/2021, prolatou a **Deliberação n.º 2.929/2022**, no que interessa a presente fase processual, no sentido de “*considerar não prescritas as pretensões punitivas e de ressarcimento de prejuízo ocasionado ao erário no âmbito da tomada de contas especial em exame*”, bem como **notificou** a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda. para que, em 30 (trinta) dias, efetuassem e comprovassem o recolhimento do débito apurado nos autos.

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 98/2023 – SECONT/1ªDICONTE, ao contatar a inércia da Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., atual RE Engenharia Ltda., em cumprir a Decisão n.º 2.929/2022, comunica o encaminhamento de ofício da Secont/TCDF ao MPJTCDF, para adoção das medidas cabíveis à cobrança judicial do débito imputado, bem como as providências tomadas pelo *Parquet* especial.

Ao final, sugere que o egrégio Plenário conheça dos documentos juntados aos autos e autorização para que os autos retornem à Secretaria de Contas/TCDF para providências cabíveis e posterior arquivamento.

O órgão ministerial converge com as sugestões alvitadas pela instrução.

Compulsando os autos, verifico que o ciclo de apreciação da TCE em epígrafe encontra-se encerrado. Por conseguinte, restaria a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., atual RE Engenharia Ltda., recolher o montante apurado nos autos, imposto pelas Decisões n.ºs 1.409/2020 e 2.929/2022 e Acórdão n.º 113/2020, o que não ocorreu até o presente momento.

Assim, a meu sentir, não há óbice às proposições apresentadas pela unidade instrutiva e pelo órgão Ministerial. Desse modo, não merecem quaisquer reparos às sugestões propugnadas nesta fase processual, motivo pelo qual acolho na íntegra os fundamentos lançados na Informação n.º 98/2023 – SECONT/1ªDICONTE e no Parecer n.º 779/2023–G3P/CF.

Feitas essas considerações, em harmonia com a unidade instrutiva e com o Ministério Público de Contas, com os ajustes redacionais que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. tome conhecimento:

- a. do Ofício n.º 95/2023-SECONT (e-DOC 4A005AC9-c), da Secretaria de Contas/TCDF, noticiando o envio das documentações necessárias ao MPJTCDF com vistas à cobrança judicial do débito imposto a empresa Adler

Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., atual RE Engenharia Ltda., pelas Decisões n.ºs 1.409/2020 e 2.929/2022 e Acórdão n.º 113/2020;

- b. do Ofício n.º 463/2023-MPC/PG (e-DOC B6A8D371-c) do Ministério Público de Contas, noticiando o envio das documentações necessárias à PGDF com vistas à cobrança executiva do débito imposto a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., atual RE Engenharia Ltda., pelas Decisões n.ºs 1.409/2020 e 2.929/2022 e Acórdão n.º 113/2020;
- c. da Informação n.º 98/2023 – SECONT/1ªDICONTE (e-DOC F2F9E287-e);
- d. do Parecer n.º 779/2023–G3P/CF (e-DOC 90683DA0-e);
- e. das demais informações juntadas aos autos;
- II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida a empresa Adler Assessoramento Empresarial e Representações Ltda., atual RE Engenharia Ltda.;
- III. autorize o retorno dos autos à Secont/TCDF para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2023

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro Relator